

**Finifundo Moderado - Fundo de Investimento
Mobiliário Aberto de Fundos Misto**

**Relatório de auditoria elaborado por auditor registrado na
CMVM sobre informação anual**

31 de Dezembro de 2008

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.

Relatório de Auditoria elaborado por Auditor registado na CMVM
sobre informação anual



Introdução

1. Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 8.º do Código dos Valores Mobiliários (CVM) e do n.º 1 do artigo 43.º e do n.º 2 do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 252/03, de 17 de Outubro, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira do período findo em 31 de Dezembro de 2008, do Fundo de Investimento Finifundo Moderado - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Fundos Mistos gerido pela entidade gestora Finivalor - Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários, S.A., incluída no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de 2.763.718 euros e um total de capital do fundo de 2.761.173 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 701.315 euros), na Demonstração dos Resultados e na Demonstração dos Fluxos de Caixa do período findo naquela data, e nos correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da entidade gestora Finivalor - Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários, S.A.:
 - a) A preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do fundo, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados, atentas as especificidades dos Fundos de Investimento Mobiliário;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira,

Cep.

actual, clara, objectiva, lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - b) a verificação do adequado cumprimento do Regulamento de Gestão do fundo;
 - c) a verificação da adequada avaliação dos valores do fundo (em especial no que se refere a valores não cotados em mercado regulamentado e a derivados negociados fora de mercado regulamentado);
 - d) a verificação do cumprimento dos critérios de avaliação definidos nos documentos constitutivos;
 - e) a verificação da realização das operações sobre valores cotados, mas realizados fora de mercado nos termos e condições previstas na lei e respectiva regulamentação;
 - f) a verificação do registo e controlo dos movimentos de subscrição e resgate das unidades de participação do fundo;
 - g) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - h) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - i) a apreciação sobre se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1. acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Fundo de Investimento Finifundo Moderado - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Fundos Mistos, gerido pela entidade gestora Finivalor - Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários, S.A., em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa do período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 13 de Fevereiro de 2009

Ernst & Young Audit e Associados - SROC, S.A
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, N° 178
Representada por



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC n° 1230)

FINIFUNDO MODERADO

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Fundos Mistos

RELATÓRIO DE GESTÃO 2008

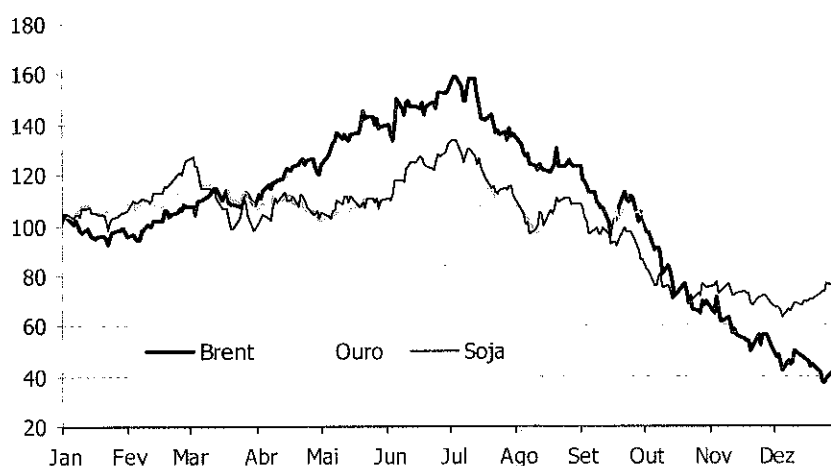
1. Enquadramento Macroeconómico

1.1 Economia internacional

O ano de 2008 foi marcado pela manutenção e agravamento da crise financeira e seus efeitos de contágio à economia real a nível global, resultando num acentuado abrandamento do crescimento económico e na antecâmara do que deverá ser um ano de recessão mundial, em 2009.

Ao nível da estabilidade de preços, o ano dividiu-se em dois períodos distintos, determinados essencialmente pela evolução do preço das matérias-primas nos mercados internacionais. No primeiro, persistiram os riscos inflacionistas enquanto que, no segundo, assistimos a uma clara redução dos indicadores de inflação, na medida em que se materializou um choque deflacionista associado à acentuada descida do preço do petróleo e à incapacidade de fixação de preços por parte das empresas.

Índices de matérias-primas seleccionadas



Notas: 31-12-2007=100

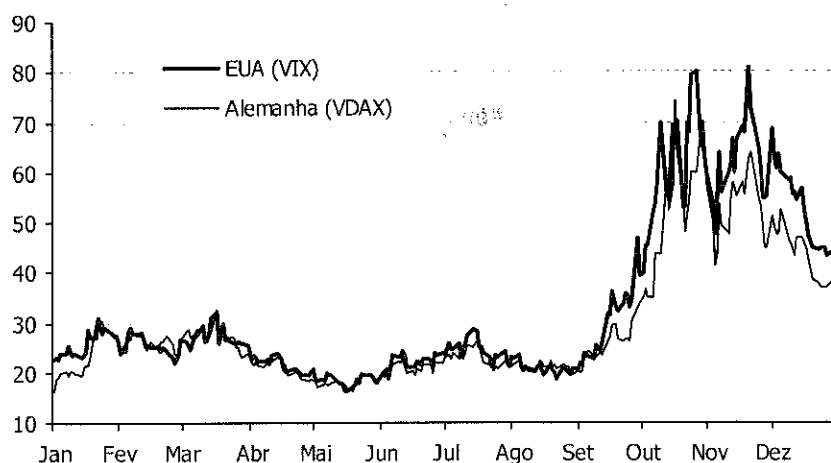
Fonte: Reuters Ecowin

A inflação, medida pela variação homóloga do índice de preços no consumidor, aumentou no primeiro semestre para níveis não vistos desde o início da década de 90, reflectindo o acentuar da tendência ascendente do preço do petróleo, cuja cotação atingiu um máximo histórico de 145 dólares por barril nos primeiros dias de Julho. O posterior recuo do preço do petróleo, que caiu mais de 70% desde os máximos até ao final do ano, em simultâneo com o agravamento da crise financeira e o acentuar do ritmo de deterioração das condições económicas, configuraram um choque deflacionista que conduziu, em alguns casos, a inflação para mínimos da história recente e que deverá atingir pontualmente valores negativos em 2009.

Ainda assim, 2008 não ficará na história pela evolução dos preços, mas sim pela manutenção e agravamento da crise financeira. A dimensão desta coloca desafios às empresas, Governos e autoridades nacionais e supra-nacionais como já não acontecia desde a Grande Depressão da década de 30.

As pressões nos mercados financeiros tornaram-se mais acentuadas e abrangentes a partir de meados de Setembro, com a intensificação dos problemas de solvência de diversas instituições financeiras de referência a nível internacional e que resultaram no virtual desaparecimento do modelo de banca de investimento norte-americano. Em paralelo, os índices de volatilidade implícita aumentaram para novos máximos históricos, sublinhando os elevados níveis de incerteza quanto ao real valor dos títulos subjacentes.

Índices de volatilidade implícita



Fonte: Reuters Ecowin

A deterioração dos balanços das instituições financeiras e a persistência de elevados níveis de incerteza, no período de Setembro e Outubro, realçaram o carácter sistémico da crise e levaram a uma resposta sem precedentes por parte das autoridades monetárias e Governos a nível global.

AB 2

De entre as medidas tomadas destacam-se a aprovação do "Troubled Assets Relief Program" ou Plano Paulson, nos EUA, e os aumentos de capital das instituições financeiras em dificuldade por parte de diversos Estados dos dois lados do Atlântico, que resultaram em alguns casos em nacionalizações de facto.

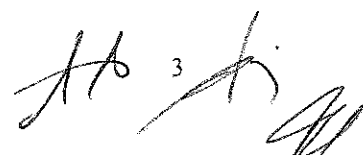
O agravamento da crise financeira, num contexto de inversão do ciclo de construção em alguns dos países de referência, resultou na aceleração do ritmo de deterioração da actividade económica no quarto trimestre do ano, o qual deverá ser um dos mais negativos de sempre. A maioria dos países avançados fechou o ano em recessão técnica (ou em vias de entrar em recessão) e deverá manter uma dinâmica recessiva, pelo menos, no primeiro semestre de 2009, num contexto de contracção da produção industrial e de redução do comércio internacional.

A persistência de condições financeiras restritivas e de elevados níveis de incerteza estão a corroer a confiança dos agentes económicos, a condicionar o investimento privado, tanto ao nível das famílias como das empresas, e a contribuir para uma rápida deterioração das condições do mercado de trabalho, mesmo em economias aparentemente dinâmicas até ao terceiro trimestre do ano, como é o caso da Alemanha. Nos EUA, por exemplo, foram destruídos mais de 1,5 milhões de empregos no último trimestre do ano, o que representa a mais grave perda de emprego em quaisquer três meses consecutivos desde a reconversão da economia de guerra, em 1945.

Neste contexto, os Governos ficaram na contingência de conjurar medidas de incentivo à actividade económica, seja ao nível da descida de impostos ou do investimento público, as quais vão resultar num significativo aumento das despesas públicas e, conseqüentemente, das necessidades de financiamento da economia. Deste modo, espera-se uma significativa subida dos défices orçamentais da generalidade dos países avançados, com os EUA a encabeçarem a lista com estimativas de défice para 2009 que vão até aos 11% do PIB, enquanto que na zona euro diversos países vão ultrapassar a fasquia dos 3% no biénio de 2008/2009, Portugal incluído.

1.2 Enquadramento Nacional

Em 2008 a economia portuguesa interrompeu o processo de consolidação da recuperação da actividade económica observada nos dois anos anteriores, reflectindo os elevados desafios proporcionados pela crise financeira internacional e seus efeitos de contágio na economia real, nomeadamente ao nível da diminuição da actividade industrial e do comércio internacional.

Handwritten signature and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature appears to be 'H. 3' followed by a stylized name.

A taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) deverá ter recuado de 1,9% para 0,2%, reflectindo essencialmente a acentuada deterioração das componentes mais susceptíveis à evolução das condições financeiras e da procura externa, designadamente o investimento e as exportações.

A desaceleração da actividade económica, especialmente vincada no último trimestre do ano, afectou a capacidade de criação de emprego por parte do tecido empresarial, tendo-se observado uma quebra líquida de 0,9% no número de empregos e um incremento de 1 ponto percentual na taxa de desemprego, para 8,8%.

Projeções económicas para Portugal

| | 2007 | 2008e | 2009p |
|--------------------------------|------------|------------|-------------|
| Consumo Privado | 1,6 | 1,4 | -0,2 |
| Consumo Público | 0,0 | 0,1 | 0,3 |
| FBCF | 3,2 | -0,8 | -5,5 |
| Exportações | 7,5 | 0,3 | -3,8 |
| Importações | 5,6 | 2,3 | -2,8 |
| PIB | 1,9 | 0,2 | -1,6 |
| Saldo Orçamental (em % do PIB) | -2,6 | -2,2 | -4,6 |
| Dívida Pública (em % do PIB) | 63,6 | 64,6 | 68,2 |
| IHPC | 2,4 | 2,7 | 1,0 |

Notas: e - estimado ; p - previsto

Fonte: Comissão Europeia, Previsões intercalares de Janeiro 2009

Ao nível da estabilidade de preços, a evolução da inflação voltou a ser determinada pela oscilação dos preços dos combustíveis, com a acentuada queda do preço do petróleo no segundo semestre a proporcionar a quebra da variação homóloga do índice harmonizado de preços no consumidor de um máximo de 3,4% em Junho para um mínimo histórico de 0,8% em Dezembro.

A rápida deterioração das condições económicas, em especial nos últimos meses do ano, impeliram a tomada de medidas orçamentais com vista a estabilizar a actividade económica e minimizar os efeitos de contágio da crise financeira. O aumento da despesa pública, num contexto de redução do valor previsto para o PIB, resultou no aumento do défice orçamental em percentagem do PIB para além do valor de referência de 3,0%.

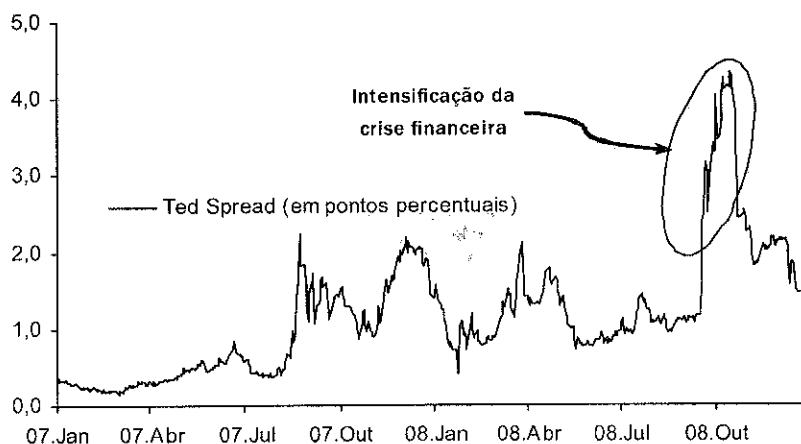
No entanto, este é um quadro de excepção, previsto no âmbito da legislação comunitária, pelo que Portugal não incorrerá num processo de défices excessivos, mesmo que o défice orçamental se confirme bem acima dos 3% do PIB (4,6% ou 3,9%, respectivamente, segundo o Eurostat ou o Governo).

1.3 Política monetária

A manutenção de perturbações no sistema financeiro condicionaram a actuação das autoridades monetárias a nível global, em 2008, exigindo medidas para estabilizar o sistema financeiro e promover a confiança dos agentes económicos. Na primeira metade do ano estas preocupações coexistiram com os riscos à estabilidade de preços, associados essencialmente às pressões inflacionistas decorrentes do aumento do preço dos combustíveis, pelo que a descida de taxas de intervenção foi limitada a alguns países.

A conjuntura começou a mudar no Verão, primeiro com a inversão da tendência ascendente do petróleo, o que aliviou as pressões inflacionistas e forneceu maior margem de manobra às autoridades monetárias e, finalmente, com a intensificação da crise financeira, em Setembro. Este mês ficou marcado pela sucessão de problemas de solvência de importantes instituições financeiras de maior dimensão, que resultaram na alteração da estrutura accionista ou mesmo em falência, como foi o caso da Lehman Brothers. Dentro das empresas em dificuldades, e só nos EUA, refiram-se as nacionalizações de facto das duas principais empresas de garantia de crédito hipotecário, a Fannie Mae e a Freddie Mac, bem como da maior seguradora mundial, a AIG.

Diferencial Treasuries-money market a 3 meses (pontos percentuais)

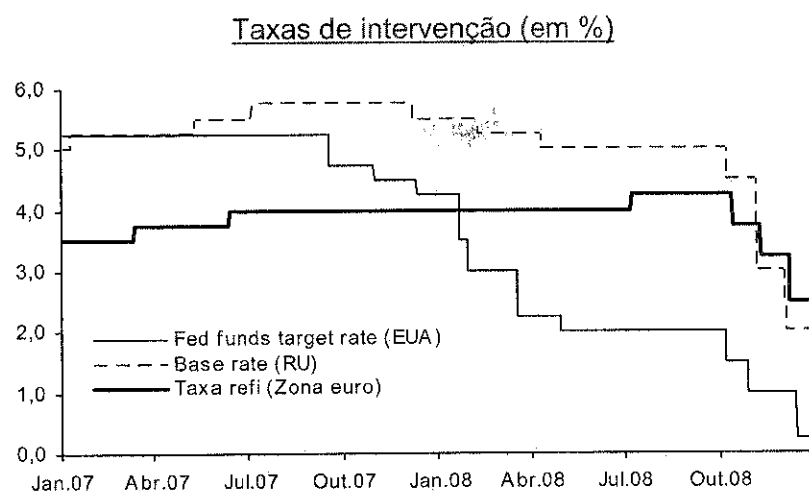


Nota: Este diferencial, conhecido por Ted Spread, é um importante indicador de problemas de liquidez no sistema financeiro

Fonte: Reuters Ecwin

A Reserva Federal norte-americana voltou a desempenhar um papel de liderança nos meios utilizados para ajudar o sistema financeiro em dificuldades e mitigar os efeitos de contágio da crise. Neste contexto, a Reserva Federal prosseguiu o ciclo de descida de taxas de intervenção, iniciado a 18 de Setembro de 2007, procedendo a mais sete alívios da política monetária, dois dos quais entre reuniões agendadas do comité de política monetária. No final do ano, a “fed funds target rate” situava-se virtualmente em zero, mais concretamente num intervalo objectivo de 0,0% a 0,25%, descendo dos 4,25% do final de 2007.

O agressivo alívio da política monetária foi acompanhado por várias outras medidas de excepção visando estabilizar o sistema financeiro e evitar uma situação de insolvência generalizada, medidas essas que culminaram com a aprovação do Plano Paulson, que previa um montante de 700 mil milhões de dólares para esterilizar o mercado, através da compra de títulos “tóxicos” e reforço do capital de instituições em risco.



Fonte: Reuters EcoWin

Sem possibilidade de voltar a descer taxas de intervenção (pelo menos ao nível da “fed funds”), a Reserva Federal antecipou possíveis medidas adicionais, nomeadamente através da injeção massiva de liquidez no sistema financeiro, via compra de títulos associados ao crédito imobiliário ou mesmo de dívida pública. Deste modo a Reserva Federal persegue o duplo objectivo de combater os riscos deflacionistas e estimular o crescimento económico (baixando as taxas de juro de longo prazo).

No Reino Unido, o Banco de Inglaterra seguiu o exemplo norte-americano e acentuou a tendência descendente da sua taxa de referência, procedendo ao alívio da política monetária em cinco ocasiões, num total acumulado de 3,25 pontos percentuais. A taxa base terminou o ano em 2,0%, igualando os mínimos desta secular taxa de juro – o último dos quais atingido na segunda metade da década de 1940.

Na zona euro, o Banco Central Europeu (BCE) manteve uma postura mais conservadora, optando por eleger o combate à inflação como primeira prioridade, mesmo quando já existiam sinais claros de acentuado abrandamento económico e de esbatimento das pressões inflacionistas.

Contra a tendência geral, o BCE subiu as suas taxas de intervenção em 25 pontos base (pb) no dia 3 de Julho. Esta medida acabou por se confirmar como inadequada à conjuntura, uma vez que em pouco tempo se intensificaram as pressões do sistema financeiro e se confirmou a materialização de um choque deflacionista. O BCE fechou o ano com três descidas de taxas de intervenção, num total acumulado de 1,75 pontos percentuais, colocando a principal taxa de refinanciamento do eurosistema nos 2,5%.

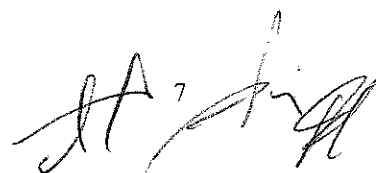
1.4 Mercado de Capitais

Em 2008 confirmou-se o abrupto fim do *bull market* accionista, com as cotações dos títulos a serem pressionadas pelos elevados níveis de risco sistémico e de incerteza, bem como pela acentuada deterioração das expectativas dos resultados das empresas. A desvalorização simultânea dos principais índices accionistas, com os máximos e mínimos do ano a serem obtidos genericamente no mesmo período, evidencia o retorno de elevados níveis de correlação entre praças e, sobretudo, sublinha o carácter sistémico e global da crise financeira.

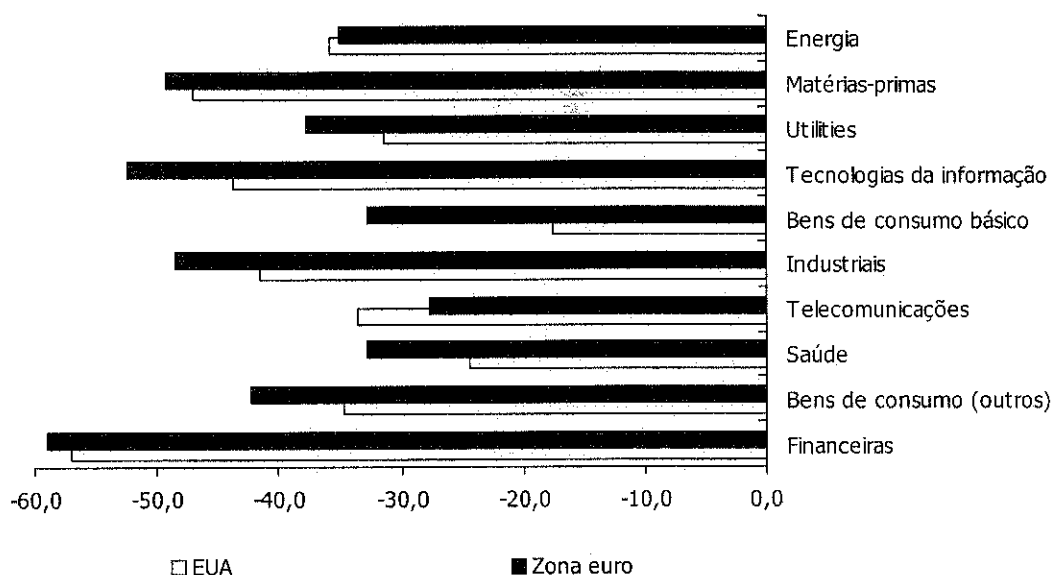
Ainda a crise financeira

O processo de ajustamento dos desequilíbrios observados em anos anteriores, cuja principal manifestação era a persistência de prémios de risco historicamente baixos e pouco diferenciados por classe de activo, prosseguiu em 2008. Este movimento foi despoletado pela deterioração da qualidade de crédito no segmento de maior risco do mercado hipotecário norte-americano (conhecido como *subprime*), no Verão de 2007, e transmitiu uma forte instabilidade ao sistema financeiro internacional. Os problemas centraram-se inicialmente no mercado de dívida, em especial no segmento de créditos titularizados, mas rapidamente contagiaram outros mercados e tipos de activos.

A instabilidade reflectiu-se na desvalorização das carteiras e na quebra de resultados das empresas financeiras, em geral, e da banca, em particular. Por outro lado, a incerteza quanto à magnitude e distribuição das perdas no conjunto dos grandes grupos bancários internacionalmente activos aumentou a dificuldade de obtenção de fundos, mesmo nos mercados monetários interbancários – situação que conduziu ao significativo incremento dos custos de financiamento das instituições financeiras.



Índices sectoriais Standard & Poors (taxas de variação em 2008, em %)



Fonte: Reuters Ecwin

Estavam reunidas as condições para mais um capítulo no processo de reestruturação do sistema financeiro internacional, que se iniciou em Setembro na sequência da falência do banco de investimentos norte-americano Lehman Brothers e que se intensificou com o agudizar de problemas em outras instituições um pouco por todo o Mundo.

O aumento dos níveis de volatilidade e de incerteza, conduziram a uma onda de aversão a todo e qualquer tipo de risco, em especial o risco de contraparte, que se consubstanciou na quebra dos índices accionistas e na disfunção dos mercados monetários interbancários.

Chegou-se aos casos extremos da necessidade de nacionalizações de bancos e companhias de seguros nos EUA e da generalidade dos fundos pensões na Argentina ou do caso islandês, em que o Governo anunciou que a Nação se encontrava em risco de falência. Neste contexto, aumentou a pressão de uma intervenção coordenada por parte de Governos, autoridades monetárias e instituições internacionais, como forma de estabilizar o mercado e minimizar os efeitos de contágio à economia real.

Evolução de alguns índices de referência em 2008

| | 2007 | | 2008 | | Mínimo do ano | | | Máximo do ano | | |
|-------------------|---------|---------|-----------|---------|---------------|--------|---------|---------------|--------|--|
| | 31-Dez | 31-Dez | Variação* | valor | Variação* | data | valor | Variação* | data | |
| EUA | | | | | | | | | | |
| Dow Jones | 13264,8 | 8776,4 | -33,8 | 7552,3 | -43,1 | 20-Nov | 13058,2 | -1,6 | 02-Mai | |
| Nasdaq | 2652,3 | 1577,0 | -40,5 | 1316,1 | -50,4 | 20-Nov | 2609,6 | -1,6 | 02-Jan | |
| Zona euro | | | | | | | | | | |
| IBEX35 | 15182,3 | 9195,8 | -39,4 | 7905,4 | -47,9 | 28-Out | 15002,5 | -1,2 | 02-Jan | |
| DAX30 | 8067,3 | 4810,2 | -40,4 | 4127,4 | -48,8 | 21-Nov | 7949,1 | -1,5 | 02-Jan | |
| PSI20 | 13019,4 | 6341,3 | -51,3 | 5801,8 | -55,4 | 27-Out | 12892,7 | -1,0 | 02-Jan | |
| CAC40 | 5614,1 | 3218,0 | -42,7 | 2886,3 | -48,7 | 21-Nov | 5550,4 | -1,1 | 02-Jan | |
| MIB30 | 38885,0 | 20064,0 | -48,4 | 18668,0 | -52,0 | 05-Dez | 38433,0 | -1,2 | 03-Jan | |
| STOXX50 | 4399,7 | 2447,6 | -44,4 | 2165,9 | -50,8 | 21-Nov | 4339,2 | -1,4 | 02-Jan | |
| Emergentes | | | | | | | | | | |
| RTS (\$) | 2290,5 | 631,9 | -72,4 | 549,4 | -76,0 | 24-Out | 2487,9 | 8,6 | 19-Mai | |
| ISE100 | 54873,2 | 26864,1 | -51,0 | 21228,3 | -61,3 | 20-Nov | 54708,4 | -0,3 | 02-Jan | |
| Hang Seng | 27812,7 | 14387,5 | -48,3 | 11015,8 | -60,4 | 27-Out | 27615,9 | -0,7 | 09-Jan | |
| MERVAL | 2151,7 | 1079,7 | -49,8 | 829,0 | -61,5 | 21-Nov | 2248,6 | 4,5 | 22-Mai | |
| BOVESPA | 63886,1 | 37550,3 | -41,2 | 29435,1 | -53,9 | 27-Out | 73516,8 | 15,1 | 20-Mai | |
| Outros | | | | | | | | | | |
| Nikkei225 | 15307,8 | 8859,6 | -42,1 | 7162,9 | -53,2 | 27-Out | 14691,4 | -4,0 | 04-Jan | |
| FTSE100 | 6456,9 | 4434,2 | -31,3 | 3781,0 | -41,4 | 21-Nov | 6479,4 | 0,3 | 03-Jan | |
| MSCI World | 1131,7 | 677,8 | -40,1 | 585,8 | -48,2 | 20-Nov | 1131,7 | 0,0 | 01-Jan | |

* Face a 31 de Dezembro de 2007, em %

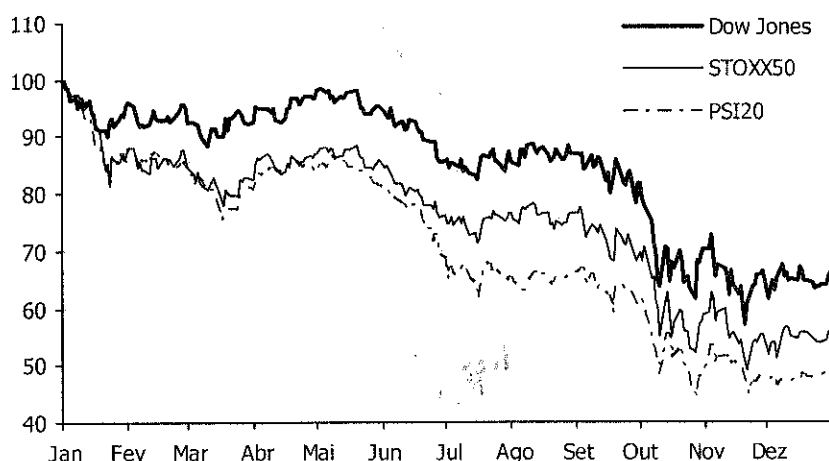
Fonte: Reuters EcoWin e; GESE

Este foi o pior ano desde a grande depressão para a maioria dos índices bolsistas de referência. A generalidade das praças iniciou o ano em perda, situação que se foi agravando com o avançar do ano, razão pelo que a maioria dos índices obteve os máximos do ano no primeiro dia de negociação. Por oposição, os mínimos do ano foram genericamente obtidos entre final de Outubro e Novembro, período em que se intensificou o ritmo de deterioração das condições económicas e em que se reduziram acentuadamente as expectativas de resultados das empresas.

Para os índices europeus este foi no cômputo geral o pior ano de sempre, sendo de destacar os piores anos de que há registo do francês CAC40 e do italiano MIB30, com colapsos de 42,7% e 48,4%, respectivamente. O alemão DAX30 desvalorizou-se 40,4%, desempenho que é apenas ultrapassado pelo registo de 2002 (quebra de 43,9%).

Nos EUA, o Dow Jones Industrial Average e o S&P500 contabilizaram o terceiro pior ano de sempre, com desvalorizações de 33,84% e de 38,49%, respectivamente. A queda do Nasdaq Composite foi ainda maior, de 40,5%, o que representa a mais elevada quebra anual da sua ainda relativamente curta história.

Análise comparativa do índice PSI20 face a índices seleccionados



Fonte: Reuters EcoWin

Portugal não foi excepção ao quadro negro do segmento accionista, sendo que o principal índice de referência, o PSI20, perdeu mais de metade do valor ao se desvalorizar 51,3% no ano. O pior desempenho relativo não teve origem em factores domésticos, reflectindo antes o carácter periférico e de menor dimensão do mercado português.

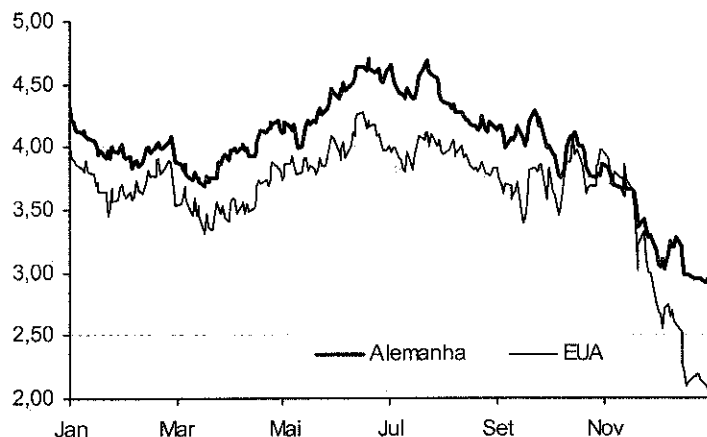
No segmento obrigacionista, as taxas de juro de médio e longo prazo contabilizaram um ano de ganhos excepcionais, beneficiando da conjugação do cenário recessivo com a descida de inflação, na segunda metade do ano, num contexto de instabilidade financeira e consequente reforço da procura de segurança da dívida pública. Esta dinâmica inverteu a tendência de subida das taxas de longo prazo do primeiro semestre do ano.

As taxas de rentabilidade da dívida pública evidenciaram uma tendência ascendente nos primeiros 6 meses do ano, período em que a sua evolução permaneceu condicionada pelo acumular de pressões inflacionistas, associadas à subida do preço do petróleo e de outras matérias-primas. Os máximos do ano das taxas de juro de médio e longo prazo foram atingidos, genericamente, em meados de Junho, permanecendo em "range" até finais de Julho.

A taxa de rentabilidade do "bund" alemão a 10 anos atingiu um máximo de fecho de 4,2745%, a 16 de Junho, enquanto a taxa de rentabilidade dos "treasuries" norte-americanos, para o mesmo prazo, chegou a 4,698%, três dias depois.

AA¹⁰

Evolução das taxas de rentabilidade da dívida pública a 10 anos (em %)



Fonte: Reuters/EcoWin

Com o avançar do Verão a tendência de desvalorização das obrigações de dívida pública inverteu-se, primeiro com o desanuviar das pressões inflacionistas e, posteriormente, com a procura de segurança e qualidade decorrente da intensificação da instabilidade do sistema financeiro.

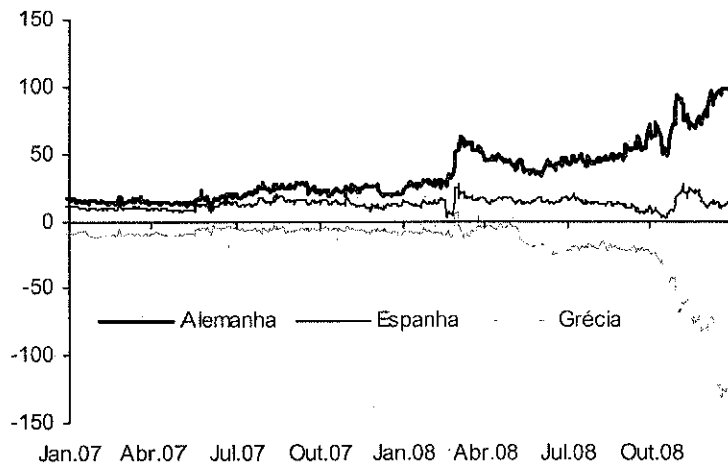
Nos dois últimos meses do ano acentuou-se o movimento descendente das taxas de juro de longo prazo, na medida em que aumentou o ritmo de deterioração das condições económicas e que se consubstanciou o choque deflacionista, num contexto de rápidas e agressivas descidas de taxas de intervenção.

Refira-se que, em geral os mercados de taxa fixa se valorizam com expectativas de abrandamento do crescimento económico, pois esta situação está associada a menores taxas de inflação, o que aumenta os ganhos reais dos rendimentos periódicos (cupões) das obrigações. Por outro lado, a descida de taxas de intervenção é positiva para as obrigações, especialmente nos prazos mais curtos, pois torna mais atractivas as obrigações face aos investimentos alternativos, como sejam os depósitos a prazo.

Na zona euro, a absoluta aversão ao risco, num contexto de agravamento da situação orçamental, originou uma diferenciação entre os prémios de risco dos Estados Membros, com os investidores a privilegiarem as emissões mais líquidas e de menor risco.

Handwritten signature

Diferenciais de taxas de rentabilidade a 10 anos (em pontos base)



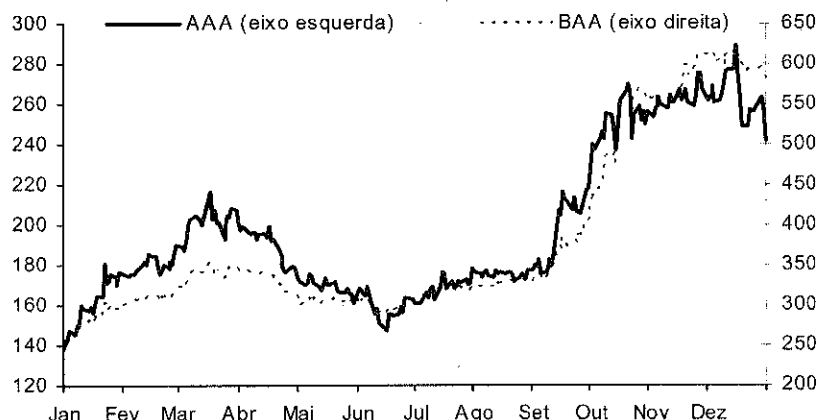
Fonte: Reuters Ecowin e; cálculos GEE

A Alemanha foi o país que mais beneficiou com o renovado estatuto de refúgio, com as taxas de rentabilidade da dívida pública a descerem e a resultarem num incremento dos diferenciais de longo prazo face aos restantes países da zona euro. Na posição oposta estão os países com maiores problemas percebidos ao nível sustentabilidade das contas públicas, em que a Grécia e Irlanda são os exemplos por excelência.

Portugal, foi igualmente penalizado por esta maior diferenciação, contabilizando um incremento de 80 pontos base no diferencial a 10 anos face à Alemanha, para 1 ponto percentual, variação ainda assim modesta quando comparada com os incrementos de 1,5 e 2 pontos percentuais da Irlanda e da Grécia, respectivamente. Globalmente, as Obrigações do Tesouro portuguesas permaneceram no meio da tabela com prémios de risco idênticos aos da dívida pública de países como a Espanha, a Bélgica ou a Áustria.

Os historicamente reduzidos níveis de taxas de juro de longo prazo, são consistentes com o actual cenário de profunda e prolongada recessão, num contexto de um choque deflacionista.

Prémios de risco das melhores empresas



Nota: Diferenciais de taxas de juro face aos *treasuries* a 10 anos, em pontos base

Fonte: Reserva Federal dos EUA; Reuters EcoWin para dados da Moodys

A maior aversão ao risco desde o final do Verão reflectiu-se igualmente no diferencial de taxas de juro entre a dívida das melhores empresas privadas (AAA) e a dívida pública emitida por países sem risco percebido, a qual evidenciou uma dinâmica ascendente desde o Verão. A dinâmica é extremamente significativa uma vez que ocorre sobre prémios de risco já em níveis historicamente elevados e com o mercado de crédito virtualmente paralisado.

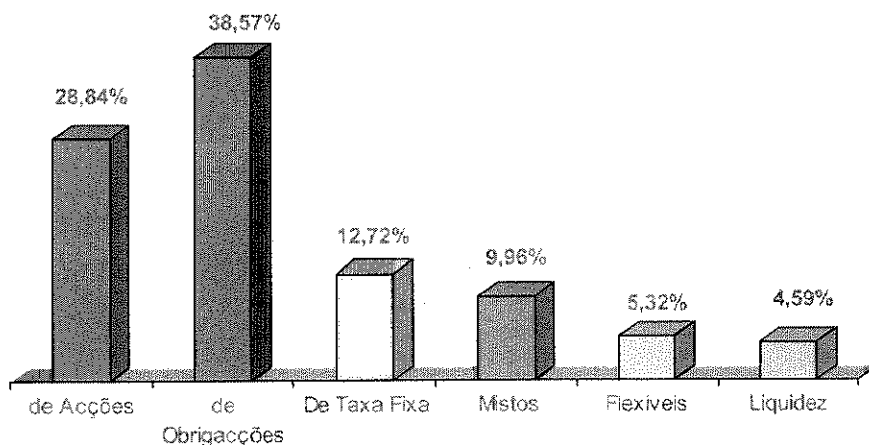
O prémio de risco para as melhores empresas atingiu um máximo de quase três pontos percentuais a 16 de Dezembro, superando o anterior máximo de 2,7 pontos percentuais que datava de Setembro de 2001, mês em que a aversão ao risco disparou em função da incerteza decorrente dos ataques terroristas em Nova Iorque e Washington. No entanto, o aumento do prémio de risco das melhores empresas foi bastante modesto quando comparado com os outros segmentos, pois entre empresas houve também uma maior diferenciação em termos de qualidade.

Por comparação, o prémio de risco das empresas "triple B" praticamente duplicou entre meados de Julho e o final do ano, aumentando de 3,15 pontos percentuais para um máximo histórico de 6,21 pontos percentuais no dia 16 de Dezembro.

Globalmente, as condições financeiras voltaram a se deteriorar acentuadamente no último trimestre do ano, com os problemas de solvabilidade de importantes empresas da área financeira a resultarem no fim do modelo de banca de investimento nos EUA e numa maior diferenciação intra-classe de activos, com penalização dos segmentos de maior risco percebido.

4 - Fundo

Estrutura da Carteira por tipo de Fundos e outros activos



O Finifundo Moderado é um Fundo de Fundos que começou a ser comercializado no dia 25 de Fevereiro de 2008, razão pela qual não apresentamos taxas de rendibilidade.

O Finifundo Moderado era composto, no dia 31 de Dezembro de 2008, por 60,95% de fundos geridos pela Finivalor, 34,55% de fundos geridos pela Schroders e 4,59% de liquidez.

O valor global líquido do fundo em 31 de Dezembro de 2008 era de 2.761.173 euros, correspondente a 648.093 Unidades de Participação.

O valor da Unidade de Participação em 31 de Dezembro de 2008 era de 4,2605 euros. O número de participantes do fundo em 31 de Dezembro de 2008 era de 81.

As comissões geradas pelo Fundo, foram as seguintes:

| | |
|-------------------------|--------------|
| Comissão de Gestão | 16.804 euros |
| Comissão de Depositário | 1.680 euros |

| Prazos | 1 Ano | 2 Anos | 3 Anos | 5 Anos | Classe de Risco |
|----------------|-------|--------|--------|--------|-----------------|
| Rendibilidades | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |

(Rendibilidades anualizadas) Fonte: APFIPP

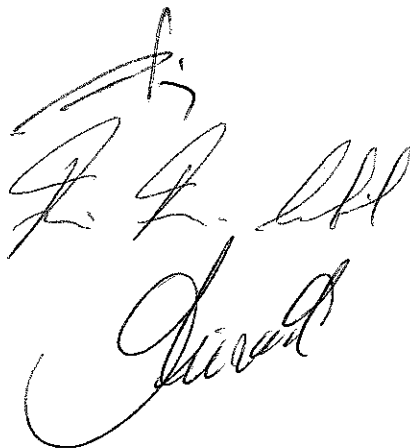
"As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 6 (risco máximo)."

"Esta rendibilidade apenas seria obtida se o investimento fosse efectuado durante a totalidade do período de referência."

Perspectivas de negócio

Tratando-se de um fundo recente, com pouco histórico, com uma valor sob gestão fraco, por via da forte crise internacional, as expectativas para 2009 são algo imprecisas, dependendo em muito, da evolução dos mercados e da recuperação da confiança dos investidores.

Lisboa, 29 de Janeiro de 2009

A handwritten signature in black ink, consisting of three lines of cursive script. The first line is a large, sweeping flourish. The second line contains the initials 'F. L. L. L.'. The third line is a large, flowing signature that appears to be 'Garcia'.

FINIFUNDO MODERADO - FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO DE FUNDOS MISTO
 FINIVALOR - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS MOBILIÁRIOS,SA

Av. Berna,10
 1050-040 Lisboa
 Matriculada nº 503 809 810.CRC de Lisboa
 Capital Social 1.550.000 EUR
 Número Contribuinte: 503 809 810

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(valores em euros)

| CÓDIGO | DESIGNAÇÃO | ACTIVOS | | | | PASSIVOS | | | PERÍODOS | |
|-------------|---|-----------|-----------|---------|---------|-----------|------------|-----------|----------|---------|
| | | BRUTO | PERÍODO N | | LÍQUIDO | CÓDIGO | DESIGNAÇÃO | N | N-1 | |
| | | | MV | mv/p | | | | | | LÍQUIDO |
| 21 | CARTEIRA DE TÍTULOS | | | | | | | | | |
| 22 | OBRIGAÇÕES | | | | | | | | | |
| 23 | ACCÕES | | | | | | | | | |
| 24 | OUTROS TÍTULOS DE CAPITAL | 3.254.957 | 24.334 | 642.200 | | 2.637.091 | 3.240.465 | 222.023 | 0 | 0 |
| 25 | UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO | | | | | | | | | |
| 26 | DIREITOS | | | | | | | | | |
| 26 | OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA | | | | | | | | | |
| 26 | TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS | 3.254.957 | 24.334 | 642.200 | | 2.637.091 | -701.315 | 2.781.173 | 0 | 0 |
| 31 | OUTROS ACTIVOS | | | | | | | | | |
| 31 | OUTROS ACTIVOS | 0 | 0 | 0 | | 0 | | | | |
| 31 | TOTAL DE OUTROS ACTIVOS | 0 | 0 | 0 | | 0 | | | | |
| 411+...+418 | TERCEIROS | | | | | | | | | |
| 411+...+418 | Contas de Devedores | | | | | | | | | |
| 411+...+418 | TOTAL DOS VALORES A RECEBER | 0 | 0 | 0 | | 0 | | | | |
| 51 | DISPONIBILIDADES | | | | | | | | | |
| 51 | CAIXA | 126.508 | | | | 126.508 | | | | |
| 51 | DEPÓSITOS A ORDEM | | | | | | | | | |
| 51 | DEPÓSITOS A PRAZO E COM PRÉ-AVISO | | | | | | | | | |
| 51 | CERTIFICADOS DE DEPÓSITO | | | | | | | | | |
| 51 | OUTROS MEIOS MONETÁRIOS | | | | | | | | | |
| 51 | TOTAL DAS DISPONIBILIDADES | 126.508 | 0 | 0 | | 126.508 | | | | |
| 51 | ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS | | | | | | | | | |
| 51 | ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS | 119 | | | | 119 | | | | |
| 51 | DESPESAS COM CUSTO DIFERIDO | | | | | | | | | |
| 51 | OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS | | | | | | | | | |
| 51 | CONTAS TRANSITÓRIAS ACTIVAS | | | | | | | | | |
| 51 | TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ACTIVAS | 119 | 0 | 0 | | 119 | | | | |
| 51 | TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ACTIVOS | 119 | 0 | 0 | | 119 | | | | |
| 51 | TOTAL DO ACTIVO | 3.381.564 | 24.334 | 642.200 | | 2.763.718 | 2.763.718 | 4.260,5 | 0 | 0,00000 |
| | Número total de unidades de participação em circulação: | | | | | 645,093 | | | | |

FINIFUNDO MODERADO - FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO DE FUNDOS MISTO
 FINIVALOR - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS MOBILIÁRIOS,SA

Av. Berna,10

1050-040 Lisboa

Matrícula nº 503 809 810,CRC de Lisboa

Capital Social 1.550.000 EUR

Número Contribuinte: 503 809 810

(VALORES EM EUROS)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

| CODIGO | CUSTOS E PERDAS | PERIODO N | PERIODO N-1 | CODIGO | PROVEITOS E GANHOS | PERIODO N | PERIODO N-1 |
|---------------------------------------|--|---------------------------------|-------------|---|--|---------------------------|-------------|
| 711+...+718 719 | CUSTOS E PERDAS CORRENTES: JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS: De Operações Correntes De Operações Extrapatrimoniais COMISSÕES E TAXAS | 5 | 0 | 812+813 811+814+817+818 819 | PROVEITOS E GANHOS CORRENTES: JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS: Da carteira de Títulos e Outros Activos Outros, de Operações Correntes De operações extrapatrimoniais | 4.685 | 0 |
| 722+723 724+...+728 729 | Da Carteira de Títulos e Outros Activos Outras, de Operações Correntes De Operações Extrapatrimoniais | 19.128 | 0 | 822+...+824/5 829 | RENDIMENTO DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS Da carteira de Títulos e Outros Activos De Operações Extrapatrimoniais | 4.034 | 0 |
| 732+733 731+738 739 | PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS Na Carteira de Títulos e outros Activos Outras, em Operações Correntes Em Operações Extrapatrimoniais | 1.292.955 | 0 | 832+833 831+838 839 | GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS Na Carteira de Títulos e Outros Activos Outros, de Operações Correntes Em Operações Extrapatrimoniais | 434.068 | 0 |
| 7411+7421 7412+7422 7418+7428 | IMPOSTOS Impostos sobre o Rendimento Impostos Indirectos Outros Impostos | 939 539 | 0 | 851 86 | REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO DE PROVISÕES Provisões para encargos | 172.173 | 0 |
| 75 751 77 | PROVISÕES DO EXERCICIO Provisões para Encargos | 2.709 | 0 | | OUTROS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES | | |
| | TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A) | 1.316.275 | 0 | | TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B) | 614.960 | 0 |
| 781 782 783 788 | CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS Valores Incobráveis Perdas Extraordinárias Perdas de Imputáveis a Exercícios Anteriores Outros Custos e Perdas Eventuais | | | 881 882 883 888 | PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS Recuperação de Incobráveis Ganhos Extraordinários Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores Outros Proveitos e Ganhos Eventuais | | |
| 63 | TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS (C) | 0 | 0 | | TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS (D) | 0 | 0 |
| | IMPOSTOS SOBRE OS RENDIMENTOS DO EXERCICIO | | | | | | |
| | RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO(se >0) | 0 | 0 | | RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO(se< 0) | -701.315 | 0 |
| | TOTAL | 1.316.275 | 0 | | TOTAL | 1.316.275 | 0 |
| (6x2/3/4/5)-(7x2/3) 8x9-7x9 B-A | Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos Resultados das Operações Extrapatrimoniais Resultados Correntes | -855.392 172.173 -701.315 | 0 0 0 | D-C B+D-A-C+7411/8+7421/8 B+D-A-C | Resultados Eventuais Resultados Antes de Imposto s/ o Rendimento Resultados Líquidos do Período | 0 -700.376 -701.315 | 0 0 0 |

FINIFUNDO MODERADO- FUNDO DE INVESTIMENTO ABERTO
 FINIVALOR-SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO,SA

Av. Berna,10

1050-040 Lisboa

Matricula n.º 503 809 810, CRC de Lisboa

Capital Social 1.550.000 EUR

Número Contribuinte: 503 809 810

31-12-2008

| | | CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS | | | | RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS | |
|--------|--|--------------------------|-------------|--------|--|-------------------------------------|-------------|
| CODIGO | DESIGNAÇÃO | PERIODOS | | CODIGO | DESIGNAÇÃO | PERIODOS | |
| | | PERIODO N | PERIODO N-1 | | | PERIODO N | PERIODO N-1 |
| 911 | OPERAÇÕES CAMBIAIS À Vista | | | 911 | OPERAÇÕES CAMBIAIS À Vista | | |
| 912 | A prazo (Forwards cambiais) | | | 912 | A prazo (Forwards cambiais) | | |
| 913 | Swaps cambiais | | | 913 | Swaps cambiais | | |
| 914 | Opções | | | 914 | Opções | | |
| 915 | Futuros | | | 915 | Futuros | | |
| | TOTAL | 0 | 0 | | TOTAL | 0 | 0 |
| 921 | OPERAÇÕES SOBRE TAXAS DE JURO Contratos a prazo (FRA) | | | 921 | OPERAÇÕES SOBRE TAXAS DE JURO Contratos a prazo (FRA) | | |
| 922 | Swap de taxa de juro | | | 922 | Swap de taxa de juro | | |
| 923 | Contratos de garantia de taxa de juro | | | 923 | Contratos de garantia de taxa de juro | | |
| 924 | Opções | | | 924 | Opções | | |
| 925 | Futuros | | | 925 | Futuros | | |
| | TOTAL | 0 | 0 | | TOTAL | 0 | 0 |
| 934 | OPERAÇÕES SOBRE COTAÇÕES Opções | | | 934 | OPERAÇÕES SOBRE COTAÇÕES Opções | | |
| 935 | Futuros | | | 935 | Futuros | | |
| | TOTAL | 0 | 0 | | TOTAL | 0 | 0 |
| 942 | COMPROMISSOS COM TERCEIROS Operações a prazo (reporte de valores) | | | 941 | COMPROMISSOS COM TERCEIROS Subscrição de títulos | | |
| 944 | Valores recebidos em garantia | | | 942 | Operações a prazo (reporte de valores) | | |
| 945 | Empréstimo de títulos | | | 943 | Valores recebidos em garantia | | |
| | TOTAL | 0 | 0 | | TOTAL | 0 | 0 |
| 99 | TOTAL DOS DIREITOS CONTAS DE CONTRAPARTIDA | 0 | 0 | 99 | TOTAL DAS RESPONSABILIDADES CONTAS DE CONTRAPARTIDA | 0 | 0 |

Finifundo MODERADO - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Fundos Misto

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(valores em Euro)

| DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS | 31-12-2008 | | 31-12-2007 | |
|--|------------|-------------------|------------|----------|
| OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC | | | | |
| <i>RECEBIMENTOS:</i> | | | | |
| Subscrição de unidades de participação | 5.802.772 | | 0 | |
| ... | | 5.802.772 | | 0 |
| <i>PAGAMENTOS:</i> | | | | |
| Resgates de unidades de participação | 2.340.284 | | 0 | |
| Rendimentos pagos aos participantes | | 2.340.284 | | 0 |
| ... | | | | |
| Fluxo das operações sobre as unidades do OIC | | 3.462.488 | | 0 |
| OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS | | | | |
| <i>RECEBIMENTOS:</i> | | | | |
| Venda de títulos e outros activos | | | | |
| Reembolso de títulos e outros activos | | | | |
| Resgates de unidades de participação noutros OIC | 2.041.889 | | | |
| Rendimento de títulos e outros activos | 4.034 | | | |
| Juros e proveitos similares recebidos | | | | |
| Vendas de títulos com acordo de recompra | | | | |
| ... | | | | |
| Outros recebimentos relacionados com a carteira | | 2.045.923 | | 0 |
| <i>PAGAMENTOS:</i> | | | | |
| Compra de títulos | | | | |
| Subscrição de unidades de participação noutros OIC | 5.361.728 | | | |
| Juros e custos similares pagos | | | | |
| Vendas de títulos com acordo de recompra | | | | |
| Comissões de Bolsa suportadas | | | | |
| Comissões de corretagem | | | | |
| Outras taxas e comissões | | | | |
| | | | | |
| Outros pagamentos relacionados com a carteira | | 5.361.728 | | 0 |
| Fluxo das operações da carteira de títulos e outros activos | | -3.315.805 | | 0 |
| OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS | | | | |
| <i>RECEBIMENTOS:</i> | | | | |
| Juros e proveitos similares recebidos | | | | |
| Recebimentos em operações cambiais | 1.824.147 | | 0 | |
| Recebimentos em operações de taxa de juro | | | | |
| Recebimentos em operações sobre cotações | | | | |
| Margem inicial em contratos futuros | | | | |
| Comissões em contratos de opções | | | | |
| Outras comissões | | | | |
| ... | | | | |
| Outros recebimentos op.a prazo e de divisas | | 1.824.147 | | 0 |
| <i>PAGAMENTOS:</i> | | | | |
| Juros e custos similares pagos | | | | |
| Pagamentos em operações cambiais | 1.824.534 | | 0 | |
| Pagamentos em operações de taxa de juro | | | | |
| Pagamentos em operações sobre cotações | | | | |
| Margem inicial em contratos de futuros | | | | |
| Comissões em contratos de opções | | | | |
| ... | | | | |
| Outros pagamentos op.a prazo e de divisas | | 1.824.534 | | 0 |
| Fluxo das operações a prazo e de divisas | | -387 | | 0 |

Finifundo MODERADO - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Fundos Misto

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(valores em Euro)

| DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS | 31-12-2008 | 31-12-2007 |
|---|------------|------------|
| OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE | | |
| <i>RECEBIMENTOS:</i> | | |
| Cobranças de crédito vencido | | |
| Compras com acordo de revenda | | |
| Juros de depósitos bancários | 3.628 | 0 |
| Vencimento de Depósitos a Prazo | | |
| Outros recebimentos correntes | 858 | 0 |
| | 4.486 | 0 |
| <i>PAGAMENTOS:</i> | | |
| Comissão de gestão | 15.570 | 0 |
| Comissão de depósito | 1.557 | 0 |
| Compras de Depósitos a Prazo | | |
| J. Devedores | 5 | |
| Compras com acordo de revenda | | |
| Impostos e taxas | 707 | |
| Outros pagamentos correntes | 6.435 | 0 |
| | 24.274 | 0 |
| Fluxo das operações de gestão corrente | -19.788 | 0 |
| OPERAÇÕES EVENTUAIS | | |
| <i>RECEBIMENTOS:</i> | | |
| Ganhos extraordinários | | |
| Ganhos imputáveis a exercícios anteriores | | |
| Recuperação de incobráveis | | |
| | | |
| Outros recebimentos de operações eventuais | | |
| <i>PAGAMENTOS:</i> | | |
| Perdas extraordinárias | | |
| Perdas imputáveis a exercícios anteriores | | |
| Outros pagamentos de operações eventuais | | |
| Fluxo das operações eventuais | 0 | 0 |
| Saldo dos fluxos monetários do período...(A) | 126.508 | 0 |
| Disponibilidades no início do período.....(B) | 0 | 0 |
| Disponibilidades no fim do período....(C) = (B)+-(A) | 126.508 | 0 |

Finifundo Moderado
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Fundos Misto

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o disposto no Regulamento nº 16/03 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, discriminam-se, no presente Anexo, as informações complementares às Demonstrações Financeiras a 31 de Dezembro de 2008.

As notas que se seguem estão expressas em Euros e respeitam a ordem que preconiza o P.C.O.I.C. para o Anexo às Demonstrações Financeiras.

As notas 6, 7, 8, 10, 12, 13 e 14 não são aplicáveis ou não têm expressão, pelo que foram omitidas.

NOTA 1

CAPITAL DO FUNDO

O Património do Fundo é constituído por unidades de participação, desmaterializadas em regime de co-propriedade, aberto aos participantes titulares de cada uma das unidades, com um valor inicial de subscrição de mil escudos cada, correspondente a 5 Euros à data de início do fundo. O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição, é o valor do dia do dia seguinte ao pedido. O preço de reembolso tem subjacente o mesmo cálculo, tendo como base o valor do património líquido do Fundo, do dia seguinte ao do pedido de reembolso.

| Descrição | Em 1/01/2008 | Subscrições | Resgates | Dist.Result | Outros | Res.Período | Em 31/12/2008 |
|----------------------------|--------------|-------------|-----------|-------------|--------|-------------|---------------|
| Valor base | 0 | 5.868.405 | 2.627.940 | | | | 3.240.465 |
| Diferença p/valor base | 0 | -65.633 | -287.656 | | | | 222.023 |
| Resultados distribuídos | 0 | | | | | | 0 |
| Resultados acumulados | 0 | | | | | | 0 |
| Resultados do período | 0 | | | | | -701.315 | -701.315 |
| SOMA | 0 | 5.802.772 | 2.340.284 | 0 | 0 | -701.315 | 2.761.173 |
| Nº unidades participação | 0 | 1.173.681 | 525.588 | | | | 648.093 |
| Valor unidade participação | 0,0000 | 4,9441 | 4,4527 | | | | 4,2605 |

NÚMERO DE PARTICIPANTES POR ESCALÃO (31 Dezembro 2008)

| ESCALÕES | Nº |
|-----------------|----|
| UPS > 25% | 0 |
| 10% < UPS < 25% | 1 |
| 5% < UPS < 10% | 3 |
| 2% < UPS < 5% | 6 |
| 0,5% < UPS < 2% | 43 |
| UPS < 0,5% | 28 |

EVOLUÇÃO DO OIC

(Valores em Euro)

| | VLGF | VALOR DA UP | Nº de U.Ps em Circulação |
|----------|-----------|-------------|--------------------------|
| 2008 | | | |
| Março | 2.505.189 | 4,8968 | 511.602 |
| Junho | 5.239.244 | 4,7963 | 1.092.343 |
| Setembro | 4.821.982 | 4,6191 | 1.043.930 |
| Dezembro | 2.761.173 | 4,2605 | 648.093 |

NOTA 2

TRANSACÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS NO PERÍODO

SUBSCRIÇÕES E RESGATES

(Valores em Euro)

| | VALOR | COMISSÕES COBRADAS |
|-------------|-----------|--------------------|
| Subscrições | 5.361.241 | 0 |
| Resgates | 2.041.583 | 0 |

NOTA 3

INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS

| Descrição dos títulos | Preço de aquisição | Mais Vantias | Menos vantias | Valor da carteira | Juros corridos | SOMA |
|--|--------------------|---------------|----------------|-------------------|----------------|------------------|
| 3. UPS DE ORGANISMOS INVEST. COLECTIVO(OIC) | | | | | | |
| 3.1-OIC domiciliados em Portugal | | | | | | |
| 3.1.1- UPS de OIC abertos | | | | | | |
| Finicapital | 204.246 | | 68.522 | 135.724 | 0 | 135.724 |
| Finirendimento | 515.051 | | 7.741 | 507.310 | 0 | 507.310 |
| Finiglobal | 336.453 | | 61.543 | 274.910 | 0 | 274.910 |
| Finibond | 163.549 | | 16.645 | 146.904 | 0 | 146.904 |
| Fin. Acç- Internacionais | 461.107 | | 194.187 | 266.920 | 0 | 266.920 |
| Finifundo Taxa Fixa | 332.792 | 18.410 | | 351.202 | 0 | 351.202 |
| Sub-Total: | 2.013.198 | 18.410 | 348.638 | 1.682.970 | 0 | 1.682.970 |
| 3.2-OIC domiciliados num Estado-membro da EU | | | | | | |
| 3.2.1- UPS de OIC harmonizados | | | | | | |
| Emerging Market Debt | 150.492 | | 7.059 | 143.433 | 0 | 143.433 |
| Euro Short Term Bond | 125.676 | 5.924 | | 131.600 | 0 | 131.600 |
| Global Energy | 215.464 | | 124.031 | 91.433 | 0 | 91.433 |
| Strategic Bond | 296.480 | | 11.089 | 285.391 | 0 | 285.391 |
| Us Large Cap | 235.639 | | 85.736 | 149.903 | 0 | 149.903 |
| European Dividend M. | 218.008 | | 65.647 | 152.361 | 0 | 152.361 |
| Sub-Total: | 1.241.759 | 5.924 | 293.562 | 954.121 | 0 | 954.121 |
| TOTAL | 3.254.957 | 24.334 | 642.200 | 2.637.091 | 0 | 2.637.091 |

LIQUIDEZ DO OIC

| Contas | Saldo inicial | Aumentos | Reduções | Saldo final |
|---|---------------|----------|----------|----------------|
| Numerário | | | | 5.924 |
| Depósitos à ordem | 0 | | | 126.508 |
| Depósitos a prazo e com pré-aviso | | | | |
| Certificados de depósito | | | | |
| Bilhetes do tesouro com carácter liquidez | | | | |
| Outras contas de disponibilidades | | | | |
| TOTAL | 0 | 0 | 0 | 126.508 |

NOTA 4

VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS COTADOS

O valor da unidade de participação é calculado diariamente de acordo com critérios contabilísticos e financeiros geralmente aceites no momento de referência (17.00hrs).

As unidades de participação são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado pela entidade gestora no momento da valorização. Caso essas unidades de participação se encontrem admitidas à negociação e o preço seja considerado representativo a Sociedade Gestora opta pelo preço de fecho ou de referência desse mercado e, o valor a considerar será o último preço verificado nesse mercado no momento de referência (17h).

VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS NÃO COTADOS

Relativamente aos critérios de valorização de activos e instrumentos derivados não cotados, a entidade gestora adopta o critério que tem por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas através de entidades especializadas.

Na impossibilidade da recolha dos respectivos preços, a entidade gestora recorre aos modelos de avaliação universalmente utilizados e reconhecidos nos Mercados Financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.

NOTA 5

Resultados obtidos pelo OIC, decorrentes das posições detidas pelos OIC nos mercados a contado e a prazo, bem como de operações destinadas a aumentar a rentabilidade do OIC.

COMPONENTES DO RESULTADO DO OIC - PROVEITOS

| NATUREZA | GANHOS DE CAPITAL | | | GANHOS COM CARÁCTER DE JURO * | | RENDIMENTO DE TÍTULOS | SOMA |
|------------------------------|------------------------|-----------------------|---------|-------------------------------|------------------|-----------------------|-------|
| | Mais valias potenciais | Mais valias efectivas | Soma | Juros vencidos | Juros decorridos | | |
| OPERAÇÕES "A VISTA" | | | | | | | |
| Acções | | | | | | | |
| Obrigações | | | | | | | |
| Inst. Dívida c/Prazo | | | | | | | |
| Unidades de Participação | 422.662 | 11.406 | 434.068 | | | 4.034 | 4.034 |
| Direitos | | | | | | | |
| Outros activos | | | | | | | |
| Depósitos | | | | 4.541 | 144 | | 4.685 |
| OPERAÇÕES A PRAZO (1) | | | | | | | |
| Cambiais | | | | | | | |
| Vista | 172.173 | | 172.173 | | | | |
| Swaps | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| Taxa de Juro | | | | | | | |
| FRA | | | | | | | |
| Swaps | | | | | | | |
| Futuros | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| Cotações | | | | | | | |
| Futuros | | | | | | | |
| Opções | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| OUTRAS OPERAÇÕES | | | | | | | |
| Operações de reporte | | | | | | | |
| Operações de Empréstimo (2) | | | | | | | |
| | | | | | | | |

(1) Inclui eventuais remunerações de margens

(2) Refere-se a comissões auferidas pelo fundo decorrente de empréstimos de valores integrantes do seu património

* Juros Brutos

COMPONENTES DO RESULTADO DO OIC - CUSTOS

| NATUREZA | PERDAS DE CAPITAL | | | JUROS E COMISSÕES SUPOSTOS | | |
|----------------------------|-------------------------|------------------------|-----------|----------------------------|------------------|--------|
| | Menos valias potenciais | Menos valias efectivas | Soma | Juros vencidos e comissões | Juros decorridos | Soma |
| OPERAÇÕES "A VISTA" | | | | | | |
| Acções | | | | | | |
| Obrigações | | | | | | |
| Títulos de Participação | | | | | | |
| Direitos | | | | | | |
| Unidades de Participação | 1.040.528 | 252.427 | 1.292.955 | | | |
| Depósitos | | | | 5 | | 5 |
| Cambiais | | | | | | |
| OPERAÇÕES A PRAZO | | | | | | |
| Cambiais | | | | | | |
| Forwards | | | | | | |
| Swaps | | | | | | |
| | | | | | | |
| Taxa de Juro | | | | | | |
| FRA | | | | | | |
| Swaps | | | | | | |
| Futuros | | | | | | |
| | | | | | | |
| Cotações | | | | | | |
| Futuros | | | | | | |
| Opções | | | | | | |
| | | | | | | |
| COMISSÕES | | | | | | |
| De Gestão | | | | 16.804 | | 16.804 |
| De Depósito | | | | 1.680 | | 1.680 |
| Da Carteira de Títulos | | | | | | |
| De Op. Extrapatrimoniais | | | | | | |
| Taxa de Supervisão | | | | 500 | | 500 |
| Outras Comissões | | | | 144 | | 144 |
| OUTRAS OPERAÇÕES | | | | | | |
| Operações de reporte | | | | | | |
| Operações de Empréstimo | | | | | | |
| | | | | | | |

NOTA 9

IMPOSTOS SUPORTADOS PELO OIC

| CONTA | DESCRIÇÃO | SALDO |
|-------|-----------------------|--------------|
| 74 | IMPOSTOS | 1.478 |
| 741 | Pagos em Portugal | 939 |
| 7411 | Imposto s/ Rendimento | 937 |
| 74111 | Mais Valias | 0 |
| 74118 | Outros | 937 |
| 7412 | Impostos indirectos | 2 |
| 74122 | Imposto de Selo | 2 |
| 742 | Pagos no Estrangeiro | 539 |
| 7421 | Imposto s/ Rendimento | 539 |
| 74218 | Outros | 539 |

NOTA 11

EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Este quadro expressa a posição cambial aberta no OIC, explicitando os instrumentos de cobertura utilizados.

| POSIÇÃO CAMBIAL | | | | | | | |
|------------------|---------|---------|----------|-------|--------|---------------|--------------------|
| MOEDAS | À VISTA | A PRAZO | | | | TOTAL A PRAZO | POSIÇÃO GLOBAL (1) |
| | | FUTUROS | FORWARDS | SWAPS | OPÇÕES | | |
| USD | 934.234 | | | | | 0 | 934.234 |
| Contravalor Euro | 671.290 | | | | | 0 | 671.290 |

(1) É constituída pela soma aritmética das posições cambiais à vista, a prazo e em opções

NOTA 15

CUSTOS IMPUTADOS AO OIC NO EXERCÍCIO:

| TABELA DE CUSTOS | | | (Valores em Euros) |
|----------------------|---------------|--------------|--------------------|
| CUSTOS | VALOR | % VLGF (1) | |
| Comissão de Gestão | | 0,00% | |
| Componente Fixa | 16.804 | 0,43% | |
| Componente Variável | 0 | 0,00% | |
| Comissão de Depósito | 1.680 | 0,04% | |
| Taxa de Supervisão | 500 | 0,01% | |
| Custos de Auditoria | 2.709 | 0,07% | |
| Outros Custos | 0 | 0,00% | |
| TOTAL | 21.693 | 0,55% | |

(1) Média relativa ao período de referência

NOTA 16

Os presentes Anexos respeitam às primeiras Demonstrações Financeiras Anuais do Fundo, uma vez que este iniciou a sua actividade em 25 de Fevereiro de 2008. Daí não existir qualquer comparabilidade com períodos homólogos.